

Previdência vira 'cipoal de normas' nos Estados

Mudanças devem trazer diferença entre entes nas idades mínimas de aposentadoria e de alíquotas de contribuição previdenciária dos inativos

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

22/01/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Para o secretário George Santoro, de Alagoas, é preciso mudar base de cálculo da contribuição dos inativos para alterar trajetória do déficit previdenciário — Foto: Silvia Zambini/Valor

A retirada dos Estados e municípios da reforma previdenciária aprovada em âmbito federal deve criar grandes diferenças nas condições de aposentadoria entre os servidores dos governos regionais. Enquanto alguns governadores conseguiram aprovar a idade mínima de acordo com as mudanças em âmbito federal e aplicar novas regras de cálculo dos benefícios, outros se limitaram apenas a seguir a mudança de alíquota da contribuição previdenciária, obrigatoriamente estabelecida a Estados e municípios com déficit atuarial pela Emenda Constitucional 103/2019.

Mesmo nesse item obrigatória, há grandes diferenças nas novas contribuições que deverão ser exigidas dos aposentados, uma base considerada importante por analistas. Dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV) mostram que em 2017, para cada 100 servidores estaduais ativos do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) existiam 88 inativos ou pensionistas. Em Estados como Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro o número de inativos superava o de funcionários em atividade.

Normas diversificadas

Medidas aprovadas por Estados na área da Previdência

Estado	Nova idade mínima*	Contribuição previdenciária
Ceará	Sim	Continua em 14% para ativos. Para inativos, 14% acima de 2 salários mínimos
Espírito Santo	Sim	Sobe de 11% para 14%. Para inativos, 14% acima do teto do RGPS
Goiás	Sim	Alíquota sobe para 14,25% para ativos
Mato Grosso	Não	Alíquota de 14% para ativos. Para inativos cobrança acima de R\$ 3.000
Paraná	Sim	Sobe de 11% para 14%. Para inativos, 14% acima de 3 salários mínimo
Pernambuco	Não	Sobe de 13,5% para 14% para ativos
Alagoas	Sim	Sobe de 11% para 14%. Para inativos, 14% acima de 1 salário mínimo
Piauí	Sim	Continua em 14% para ativos e para inativos cria alíquotas escalonadas de 11% a 14%, com isenção para até um salário mínimo
Maranhão	Não	Tabela progressiva para ativos
Acre	Sim	Mantém alíquota de 14% para ativos
Amazonas	Não	Sobe de 11% para 14% para ativos
Rio Grande do Sul	Sim**	Tabela progressiva para ativos. Para inativos, cobrança acima de 1 salário mínimo

Fonte: governos estaduais. *Para aposentadoria dos servidores, de 62 anos para mulheres e de 65 para homens, com regras de transição; **Com lei complementar aprovada. PEC em análise.

Como a definição de mudanças na área previdenciária ficou a cargo de cada Estado, diz George Santoro, secretário de Fazenda de Alagoas, está se criando um “cipoal de normas estaduais”. “Essa verdadeira bagunça de legislações estaduais e municipais, acabará com a antiga uniformidade nas regras previdenciárias de concessão e metodologia de cálculos, principalmente quanto as idades mínimas e tempo de contribuição das aposentadorias voluntárias”, diz ele.

Além de Alagoas, Estados como Ceará, Goiás, Espírito Santo, Paraná e Acre estão entre os que fizeram alterações na idade mínima de aposentadoria. No Rio Grande do Sul foi aprovada uma lei complementar que também regulamenta as idades mínimas. Há ainda proposta de emenda constitucional e outros projetos de lei complementar tramitando na Assembleia gaúcha.

Os servidores civis do regime próprio nos Estados que conseguiram fazer a alteração na idade mínima seguirão, na regra geral, os parâmetros da reforma em âmbito federal: 62 anos para mulheres e 65 anos para homens. Há algumas diferenças nas normas de transição e cálculo dos benefícios, conforme o Estado. São Paulo e Paraíba estão entre os entes que também propõem a alteração, mas ainda não foi aprovada pelas respectivas assembleias. Já as mudanças propostas pelos governos dos Estados de Maranhão, Pernambuco, Amazonas e Mato Grosso não tocaram no assunto e ficaram apenas nas alterações obrigatórias de alíquotas previdenciárias.

Segundo a EC 103, Estados e municípios com déficit atuarial nos regimes próprios têm até o fim de julho para adequar suas alíquotas à reforma aprovada em âmbito federal. Pela emenda e pela Portaria 1.348/19, esses Estados podem optar por estabelecer alíquota mínima de 14% da contribuição previdenciária dos servidores ou seguir uma tabela progressiva. Nesse caso, o parâmetro deve ser a tabela que está prevista na emenda. As alíquotas estabelecidas na emenda vão de 7,5% a 22%, conforme a faixa salarial.

A portaria diz que as alíquotas deverão estar embasadas em avaliação atuarial demonstrando que as cobranças resultarão em equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio.

A cobrança de contribuição previdenciária dos aposentados sempre foi tema controverso, mas, com a reforma, os Estados e municípios foram autorizados a cobrar a contribuição previdenciária de aposentados a partir da faixa de um salário mínimo.

Nesse ponto é que há grande diversificação. Alagoas vai cobrar contribuição de 14% acima de um salário mínimo, no caso dos inativos. Ceará, a mesma alíquota a partir de dois salários mínimos. No Paraná a contribuição para aposentados aprovada foi a partir de três salários mínimos. No Espírito Santo, a alíquota de 14% sobre inativos será cobrada apenas acima do valor do teto do benefício do Regime Geral da Previdência, que atualmente é de R\$ 6.101,06. Em Mato Grosso, a contribuição de 14% incidirá a partir de R\$ 3 mil para aposentados.

Roberto Moisés dos Santos, presidente da Alagoas Previdência, que administra o regime próprio dos servidores do Estado, diz que a opção do governo local foi de utilizar os instrumentos dados pelo novo texto constitucional no máximo esforço para redução do déficit atuarial da previdência. Para ele, cabe ao Ministério da Economia verificar se todos os entes fizeram isso.

Santoro destaca que, em Alagoas, de 2017 a 2019 o número de inativos e pensionistas aumentou e ultrapassou o de ativos. Em 2017, para cada 100 servidores em atividade, existiam 88 aposentados e pensionistas no Estado. Uma mudança de alíquota de 11% para 14% sobre os inativos, diz ele, sem mudar a base de cálculo, daria fôlego de dois ou três anos para a Previdência. Para mudar a trajetória, diz ele, é preciso ampliar a base de cobrança. As medidas da reforma em Alagoas, diz Santoro, reduzem o déficit financeiro previdenciário do Estado projetado para 2020 de 15,5% para 9,8% da receita corrente líquida.

No Espírito Santo, o procurador-geral do Estado, Rodrigo de Paula, diz que em relação às contribuições previdenciárias, o Estado optou por seguir o mínimo estabelecido pela EC 103/19. Por isso adotou a alíquota de 14% para os ativos e, para os aposentados, a cobrança da alíquota somente a partir do teto do Regime Geral da Previdência. Mas a reforma capixaba já aprovada também abarca outras mudanças de impacto no longo prazo como as idades mínimas para aposentadoria, regras para transição e para acúmulo de aposentadorias. Segundo o procurador, a economia calculada é de R\$ 3 bilhões em dez anos.

Carlos Eduardo Xavier, secretário de Tributação do Rio Grande do Norte, diz que o governo estadual deve enviar a proposta de reforma estadual no início de fevereiro. Xavier diz que o Estado estuda propor uma tabela progressiva, mas diferente da que está na EC 103/19, com alíquotas de 11% a 18%, conforme a faixa salarial. Para os aposentados devem ser propostas as mesmas alíquotas, mas com isenção para até um salário mínimo. Somente com essas mudanças, diz Xavier, espera-se um impacto de R\$ 2,5 bilhões em dez anos. Segundo o secretário, a proposta do governo deverá conter novas idades mínimas para aposentadoria, mas possivelmente serão diferentes das adotadas em âmbito federal e ainda não estão definidas.

Para o economista Marcos Lisboa, foi um retrocesso a retirada de Estados e municípios das principais medidas da EC 103. Da forma como ficou, avalia, a reforma nos governos regionais tende a ficar “mal conduzida”. Perdeu-se, diz, a oportunidade de dar aos Estados e municípios uma solução mais rápida e importante para o reequilíbrio fiscal, o que deve resultar em degradação cada vez maior da infraestrutura, dada a falta de investimentos estaduais, e em adoção de artifícios cada vez mais “criativos” para a elevação de receitas.

A chamada PEC Paralela (PEC 133/2019) possibilita estender a Estados e municípios a reforma previdenciária, mas ainda não foi votada pela Câmara dos Deputados, o que levou os Estados a adotar iniciativas próprias para garantir mudanças nas regras de aposentadoria dos servidores.

Em alguns Estados a reforma previdenciária não é considerada suficiente para o reequilíbrio fiscal. Cristiane Schmidt, secretária de Fazenda de Goiás, diz que a reforma goiana aprovada iguala o Estado às condições da EC 103. Foram aprovadas também, diz ela, ao fim de 2019, a reforma do estatuto do servidor e do magistério, que acabam com quinquênios e algumas licenças.

Essas reformas, diz Cristiane, devem dar uma margem de folga de R\$ 500 milhões ao orçamento de 2020, pelas previsões atuais. Os maiores impactos, avalia, virão no médio e longo prazos. Mesmo com esse fôlego, a secretária diz que Goiás mantém o pleito para aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que, entre outros benefícios, traria a suspensão de pagamento da dívida com a União. Hoje o Estado, lembra, tem liminar judicial a seu favor, mas a entrada no regime traria essa suspensão de forma automática.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Médico brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Salvador: concessionárias vendem carros não vendidos em 2019
SAVERDAILY

LINK PATROCINADO

Super retrovisor sensação nos E.U.A chega ao Brasil. Conheça
RETROVISOR MASTER VIEW

LINK PATROCINADO

Esta são as 30 raças de cachorros mais caras do mundo!
FLASHPOSTS.COM

LINK PATROCINADO

Alerta: Nunca mais use esponjas de cozinha. Veja a melhor opção!
MEGALUVA

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem
CUPONOMIA

Veja em Valor Investe

VALOR INVESTE

Emissão de CRI alcança volume recorde em 2019

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 22/01/2020	Caderno: Economia



BNDES DEVE PAGAR DIVIDENDOS DE R\$ 15 BILHÕES À UNIÃO



O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deve reforçar o caixa da União com cerca de R\$ 14 bilhões a R\$ 15 bilhões de receitas de dividendos (pagamento que os acionistas de uma empresa recebem pelo lucro gerado). Se concretizado, esse valor será recorde. Até novembro de 2019, o banco estatal “engordou” em R\$ 9,5 bilhões os cofres da União – a regra aprovada pelo conselho de administração determina o repasse de 60% do lucro.

A depender do resultado das vendas de ações que o banco detém em empresas, entre elas, a Petrobrás e a JBS, os dividendos podem até superar os R\$ 15 bilhões. A expectativa é que o lucro do banco alcance R\$ 20 bilhões neste ano. O presidente do BNDES, Gustavo Montezano, deverá anunciar nos próximos dias detalhes da expectativa de reforço dos dividendos. O assunto vem sendo discutido com o ministro da Economia, Paulo Guedes.

O reforço dos dividendos no Orçamento está sendo finalizado pela equipe econômica. Segundo uma fonte da área, essa medida é importante para acomodar novas despesas, como os R\$ 6 extras de aumento do salário mínimo a partir de fevereiro. Mas será preciso também abrir espaço nas despesas, por conta da restrição do teto de gastos (regra que impede o crescimento dos gastos acima da inflação).

A receita de dividendos do BNDES em 2019 “salvou” o governo num momento em que o Orçamento estava bloqueado e a Esplanada dos Ministérios operando em alguns órgãos numa situação de quase paralisação. Houve uma antecipação do pagamento de dividendos que ajudou a equipe econômica num dos momentos mais críticos, quando a pressão contra o aperto fiscal chegou a levar uma ala do governo a pedir a flexibilização do teto de gastos, o que foi impedido pelo ministro.

Além do pagamento de dividendos, o banco também deve acelerar o pagamento da dívida que tem com o Tesouro. Em entrevista ao Estado, o integrante do conselho de administração do BNDES, Carlos Thadeu de Freitas, informou que o BNDES pode antecipar R\$ 60 bilhões a mais do que os R\$ 25 bilhões previstos para 2019. “Não tem demanda. O banco hoje não é competitivo mais na área de crédito interno. Só é competitivo na área de infraestrutura. Não tem necessidade de ter uma carteira enorme. O banco empresta pouco e não tem inadimplência. Pode sobreviver hoje com uma carteira menor”, disse. Segundo Freitas, o banco está emprestando na faixa de R\$ 50 bilhões a R\$ 60 bilhões anualmente.

Na sua avaliação, o ministro Paulo Guedes está no caminho certo em acelerar as devoluções, que permitem uma redução da dívida pública, indicador que é acompanhado mais atentamente pelas agências de classificação de risco. “Em 2019, o governo conseguiu reduzir a dívida pública devido ao BNDES. O fato mais importante do governo Bolsonaro foi mudar a trajetória da dívida que estava insustentável”, avaliou Freitas.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 21/01/2020	Caderno: Economia



A novela tragicômica do DPVAT

Claudio Considera

20 de janeiro de 2020 | 10h32

Centenas de milhares de pessoas já pediram a restituição do pagamento referente a cobrança errada do seguro contra Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT) no site <https://restituicao.dpvatsegurodotransito.com.br>.

É impressionante que tantos proprietários de veículos tenham de enfrentar tal transtorno em função de uma presumível guerra política – a seguradora responsável pelo DPVAT tem como acionista um desafeto do presidente da República.

Muito grave, porque segurança jurídica é um dos pressupostos do desenvolvimento econômico e social. E, acima de tudo, porque 4,5 milhões de acidentados foram indenizados pelo seguro em uma década.

Instituído em 1974, o DPVAT foi o pivô de uma novela repleta de ódio, vingança e trapalhadas. No ano passado, o presidente Jair Bolsonaro tentou extinguir o seguro, que depois teve seu valor reduzido.

Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), havia suspenso a redução do imposto, depois voltou atrás, e, na esteira deste vaivém, dois milhões de pessoas têm direito à restituição do que pagaram a mais.

Não é por acaso que as ruas e estradas do país são, em geral, muito ruins; a educação para o trânsito uma quimera, e que milhares de vidas sejam perdidas anualmente, além dos ferimentos que incapacitam muitos brasileiros. Trânsito é algo muito sério para ser tratado desta forma.

Veículo: Folha de SP	Caderno: Mercado
Data 22/01/2020	Página: --

FOLHA DE S.PAULO

Guedes negocia acordos comerciais e tributários em Davos

Ministro também teve conversa informal com Wilbur Ross, secretário de Comércio dos EUA

Alexa Salomão

Luciana Coelho

O [ministro Paulo Guedes](#) (Economia) se reuniu nesta quarta-feira (22) com o chanceler do Erário do Reino Unido, Sajid Javid, posto correlato ao de ministro da área econômica. O ponto central do encontro foi a negociação do acordo para evitar bitributação ente os dois países. "Taxa sobre serviços técnicos e preços de transferência são dois últimos obstáculos a serem removidos", disse Guedes à **Folha**. Negociação com representantes de governos faz parte da agenda da equipe econômica durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos, que ocorre até sexta-feira (24).

Nesta terça-feira (21), Guedes também se reuniu com representantes da EFTA, associados de livre comércio que reúne Finlândia, Noruega, Suíça e Liechtenstein, para alinhar pontos do acordo comercial. "Queremos acordo com Coreia do Sul, Japão e Canadá. Tudo gradual, para dar tempo de conseguirmos juros baixos, desregulamentação, simplificação e redução de impostos. Tudo gradual, para assegurar competitividade da indústria brasileira", disse o ministro.

Também está em discussão a adesão do Brasil ao GPA (Government Procurement Agreement) da OMC (Organização Mundial do Comércio) que, pelos cálculos da equipe econômica, abre mercado de US\$ 1,7 trilhões (R\$ 7,1 trilhões) para empresas brasileiras e impede a corrupção em compras do Governo.

A adesão ao GPA é considerado passo importante para a [ambição do governo Jair Bolsonaro de colocar o Brasil na OCDE](#) (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). "Temos trabalhado em busca de melhores práticas, mais transparência, combate à corrupção, abertura da Economia", disse Guedes.

Nesta terça, Guedes também teve um breve encontro com o secretário de Comércio dos Estados Unidos, Wilbur Ross, integrante da comitiva de Donald Trump em Davos. Neste caso a conversa foi mais informal. "Estive com Wilbur Ross para agradecer ajuda. Trump ameaçou tarifas no aço acusando Brasil desvalorizar moeda artificialmente. Pedi ajuda na ocasião a ele, que eu o conhecia antes mesmo de irmos para os governos. Ele nos ajudou muito com Trump", disse Guedes.

'DEMOCRACIA ESTÁVEL'

[No Fórum Econômico Mundial de Davos](#), Guedes quer mostrar que o Brasil, além de ser um país [em recuperação econômica](#), tem uma democracia estável. Portanto, oferece um ambiente completo de boas oportunidades a investidores do mundo todo. "Ecos provocados pelos próprios brasileiros que se opõem ao governo deram uma ideia errônea aos investidores sobre o que tem acontecido. Eu vou apresentar os números [em reuniões a investidores]", diz ele. "O Brasil tem uma democracia estável, pujante e que funciona, e os investidores precisam ter clareza disso", disse o ministro à **Folha**.

Na avaliação de Guedes, um dos indicativos de que as instituições "estão saudáveis" no país foi a reação do governo aos protestos contra o [vídeo do ex-secretário especial da Cultura, Roberto Alvim](#). Em pronunciamento na sexta-feira (17), Alvim copiou Joseph Goebbels, ministro da propaganda durante o governo Nazista de Hitler, e [provocou onda de protestos](#) que o presidente Jair Bolsonaro a demitiu. "A mais recente demonstração de que nossa democracia está fortalecida foi a rápida decisão do presidente Bolsonaro de demitir o secretário", diz Guedes, que soube do vídeo e sua repercussão quando estava nos Estados Unidos para apresentar uma palestra na Mont Pelegrín Society, na Universidade de Stanford.

FOLHA DE S.PAULO

PAINEL S.A.

Joana Cunha

painelsa@grupofolha.com.br

Querosene

A Gol diz que já está conversando com governos de diferentes estados para manter os acordos de redução de ICMS do combustível de aviação que havia conquistado no passado por causa dos voos regionais feitos em parceria com a Twoflex. Após o anúncio da compra da Twoflex pela Azul, na semana passada, a continuidade dos benefícios estaduais para a Gol passou a ser questionada pelo mercado, que viu na transação um movimento estratégico da Azul contra a concorrente.

JANELA Procurada pela coluna, a Gol minimizou o potencial efeito da aquisição da Azul sobre seus negócios e disse que vai manter sua estratégia de expansão regional.

CORREDOR "O acordo com a Twoflex de compartilhamento de voos e compra de capacidade representou só 0,007% do número de assentos ofertados e 4.185 passageiros transportados em 2019, o que representa 0,012% do total de clientes", disse a Gol em nota.

DESEMBARQUE Na guerra fiscal aérea travada nos últimos anos, alguns estados lançaram regimes especiais com ICMS menor sobre o querosene de aviação para tentar atrair mais voos, desenvolvendo seus aeroportos. No ano passado, São Paulo derrubou sua alíquota de 25% para 12%.

ACOSTAMENTO A Dersa contratou a Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) por R\$ 3,5 milhões para uma auditoria nos quatro lotes dos contornos da rodovia dos Tamoios. Apesar de terem sido gastos R\$ 2 bilhões, as obras não foram concluídas. A previsão de entrega da primeira fase era 2016.

RETORNO A contratação levantou no setor a memória do trecho norte do Rodoviário que também teve de passar por um pente-fino da Fipe.

CÂMERA A Nestlé resolveu usar o aplicativo chinês TikTok para fazer recrutamento. Uma vaga de gerente de marketing da marca Nescau será preenchida por um candidato que gravar um vídeo na plataforma. A primeira fase do recrutamento é interna.

NOAR Circulou no setor aéreo nos últimos dias a suspeita de que a chilena de baixo custo Sky estaria reduzindo a quantidade de voos no Brasil. A empresa, porém, diz que está só retomando sua malha normal de voos, após a alta temporada de janeiro e fevereiro.

POUSO Rio e São Paulo são rotas fixas da Sky. Salvador e Florianópolis funcionam de novembro a março. A aérea é uma concorrente nova no mercado. Começou a voar entre Chile e Brasil no fim de 2018 com preços agressivos e serviços mais enxutos.

TRIBO Um dos mais tradicionais centros de comércio popular de São Paulo, a galeria Pagé emprestou seu nome para a nova empresa que os sócios Alexandre e Antonio Kherlakian acabam de abrir. Vaise chamar Pagé Holdings, de gestão imobiliária.

GOLE A Companhia Müller de Bebidas, dona das cachacas 51, convocou assembleia para discutir sobre a proposição de uma ação de responsabilidade perante alguns administradores da empresa. A reunião será no dia 30 de março.

PLATAFORMA A Eletromídia deu o maior lance, de R\$ 109,5 milhões, no primeiro pregão da CPTM para concessão dos direitos de exploração de mídia e publicidade nas estações.

GARFO O Habib's fez parceria com o Sem Parar para que os clientes do drive-thru de suas redes, incluindo unidades do Ragazzo, possam pagar com o sistema instalado nos carros. Os restaurantes também foram credenciados para vender os adesivos do Sem Parar.

MANEQUIM O Mega Polo Moda, shopping atacadista de São Paulo, vai lançar um projeto de aceleração para marcas de vestuário. Chamado de Startup Fashion, o programa vai oferecer um ano de aluguel para 30 participantes. O investimento é de R\$ 10 milhões.

NOITE O preço médio da diária em hotéis subiu 6,5% no ano passado ante 2018, segundo o Fohb (fórum de operadores hoteleiros). As cidades com as maiores altas foram Belo Horizonte (17,1%), Vitória (12,5%) e São Paulo (11,4%).

Diária média de hotel sobe em todas as regiões em 2019

Variação 2018/19



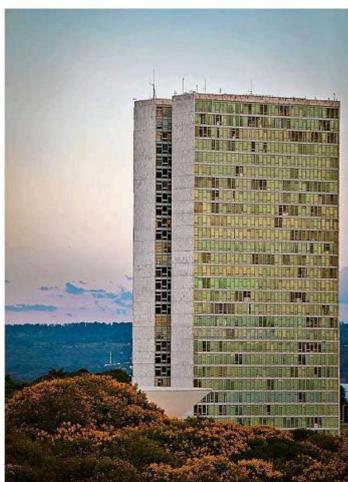
Fonte: Fohb

Veículo: O Globo	Online
Data: 22/01/2020	Coluna: Economia



Governo terá de cortar investimento e despesa para reajustar mínimo

Medida é necessária para compensar aumento para R\$ 1.045. Número exato da redução ainda está sendo definido pela equipe



Votação. Congresso Nacional: medida provisória com reajuste do salário mínimo precisa ser analisada por parlamentares

A equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, prepara um corte nas despesas não obrigatórias, como investimentos e custeio da máquina pública, para comportar o aumento do salário mínimo deste ano no Orçamento, de acordo com fontes do governo. O aumento do piso nacional de R\$ 1.039, como previsto anteriormente, para R\$ 1.045 terá um impacto de R\$ 2,13 bilhões nas contas públicas. Isso ocorreu por causa da inflação em 2019 maior do que prevista pelo próprio governo.

O número exato a ser cortado ainda está sendo fechado. Isso porque o governo ainda calcula se outras despesas obrigatórias podem se reduzir, para calcular o que vai ser preciso efetivamente cortar. Em 2020, toda a margem do teto de gastos —regra que limita o crescimento das despesas da União à inflação —já foi usada no Orçamento, impedindo que novos gastos sejam incorporados às contas sem que haja corte equivalente. Isso deve exigir do Poder Executivo a redução de outros dispêndios não obrigatórios para comportar mais despesas obrigatórias, segundo fontes.

O novo aumento do mínimo representa um gasto imprevisto para a equipe econômica. Essa despesa extra no Orçamento de 2020 precisará ser coberta tanto pelo lado do gasto quanto pelo lado da receita. Na semana passada, Guedes disse que espera um aumento de R\$ 8

bilhões na arrecadação. Sem dar detalhes, afirmou que este aumento deve ser oficializado nos próximos dias.

Para cada R\$ 1 de aumento no piso salarial, o peso para os cofres públicos é de R\$ 355 milhões. O impacto ocorrerá porque benefícios bancados pelo governo, como a maior parte das aposentadorias e os pagos a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, são indexados ao piso nacional.

Além disso, benefícios do INSS superiores ao mínimo também são atrelados ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que reajustou o salário mínimo. Esse indicador registrou alta no ano passado maior que o previsto no Orçamento. O INPC estabelecido como base para elaborar o Orçamento federal foi de 3,5%. Enquanto isso, os aposentados, pensionistas e titulares de auxílios do INSS que ganham acima do salário mínimo terão 4,48% de reajuste este ano.

No fim de dezembro, o governo editou uma medida provisória (MP) que fixou o mínimo para 2020 em R\$ 1.039, um aumento de 4,1% em relação aos R \$998 de 2019. O reajuste foi calculado com base na projeção para o INPC até aquele momento, mas o indicador fechou acima desse patamar, em 4,48%. Depois, um novo texto aumentou o mínimo para R \$6 a partir de fevereiro. A MP ainda será analisada pelo Congresso, que pode, inclusive, subir o valor.

LIMITE DO TETO DE GASTOS

Além de precisar contar com mais dinheiro para bancar o aumento do mínimo, a equipe de Guedes terá de contornar as limitações impostas pela lei do teto. O período considerado para o cálculo é o de doze meses encerrado em junho do exercício anterior. Ou seja, para 2020, o teto foi calculado em 12 meses encerrados em junho de 2019, que somou 3,37% — 0,94 ponto percentual abaixo da inflação fechada no ano.

Com isso, a reposição da inflação nas contas de 2020 não irá acompanhar a variação real dos preços em 2019. O repique da inflação de dezembro só vai ser transferido para o teto de gastos no Orçamento de 2021. Para o governo federal, portanto, para todos os benefícios do INSS vai crescer mais que os 3,37% previstos do teto. Essas despesas são obrigatórias, não podem ser cortadas.

Parte dos problemas fiscais do governo neste ano estariam resolvidos se o Congresso aprovar a Proposta da Emenda à Constituição chamada de PEC Emergencial. Esse projeto permite o corte de 25% nos salários de servidores com corte proporcional de jornada de trabalho. Chamada por Guedes de shutdown à brasileira — em referência ao momento em que o governo americano parou por questões orçamentárias —, esse projeto foi elaborado para permitir um alívio de R\$ 12 bilhões. A PEC ainda terá, porém, um longo caminho pelo Senado e pela Câmara e não há data para ser votada.

Veículo: O Globo	Online
Data: 22/01/2020	Coluna: Economia

O GLOBO

Guedes: país abrirá licitações públicas a estrangeiro

Ministro confirma que Brasil vai aderir a acordo global que dá tratamento igual a companhias nacionais e internacionais em compras do governo. Segundo ele, ideia é fazer 'ataque frontal' à corrupção. Medida deve facilitar entrada na OCDE



Davos. País quer entrar para primeira divisão de melhores práticas, diz Guedes

O ministro da Economia, Paulo Guedes, confirmou ontem que o Brasil abrirá seu mercado às empresas estrangeiras em licitações públicas e pedirá sua adesão ao Acordo de Compras Governamentais, como antecipou O GLOBO na semana passada. Segundo ele, tornando-se um signatário do tratado, o país busca incorporar melhores práticas e fazer um “ataque frontal” à corrupção. O acordo, conhecido pela sigla em inglês GPA (Government Procurement Agreement), dá tratamento isonômico a empresas nacionais e estrangeiras em aquisições do setor público.

— O Brasil está querendo entrar para a primeira divisão de melhores práticas. Isso é um ataque frontal à corrupção e um tema importante da campanha do presidente Bolsonaro — disse Guedes, ao sair de seu primeiro compromisso no Fórum Econômico Mundial, em Davos.

Segundo dados do Ministério da Economia, em 2017, o setor público — União, estados e municípios — contratou cerca de R\$ 78 bilhões em bens e serviços, o que inclui desde equipamentos para obras a material de escritório e merenda escolar.

Perguntado se a adesão não mina a promoção de políticas industriais, com margens de preferência a empresas brasileiras nas compras governamentais, o ministro respondeu que o Brasil não pode ser “uma fábrica de bilionários à custa da exploração dos consumidores”:

—Você tem que saber o que quer. Quer ter as melhores práticas, receber os maiores fluxos de investimentos e se integrar às cadeias globais de negócios? Ou queremos continuar sendo 200 milhões de trouxas servindo a seis empreiteiras e seis bancos?

A adesão do governo brasileiro ao acordo vai ajudá-lo a acelerar o processo de aprovação do país como novo membro da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Segundo uma fonte diretamente envolvida no assunto, ao se tornar um dos signatários do acordo, o Brasil ganhará mais credibilidade junto aos membros do chamado “clube dos ricos”.

TRATADO BEM-VINDO

A adesão ao acordo de compras governamentais não faz parte do conjunto de exigências que devem ser cumpridas para entrar na OCDE. Porém, a medida fará com que o Brasil —que ainda tem imagem arranhada pelos escândalos da Lava-Jato— se credencie como um país que está preocupado em evitar a corrupção em licitações públicas.

— Ficarão mais difíceis de fazer acordos ilegais nas licitações ou “combinar jogo” nas licitações — disse essa fonte.

O acordo de compras governamentais tem como integrantes 48 países, entre os quais os da União Europeia (UE), EUA e Japão. Também estão prestes a aderir ao acordo China e Rússia. Para analistas, a abertura de licitações públicas a empresas estrangeiras pode ser favorável para o país. O sócio da área de Infraestrutura do Machado Meyer Advogados, Rafael Vanzella, avalia que qualquer medida que insira o Brasil nas cadeias globais de fornecimento é bem-vinda e, se for feita de forma adequada, pode trazer benefícios, como preços mais atrativos para o governo. Mas ele observa que a Lei de Licitações, de 1993, precisa de ajustes:

— É preciso desburocratizar as exigências de habilitação e limar resquícios de nacionalismo. E também não adianta abrir o mercado sem exigir capacidade e experiência dos estrangeiros, sob o risco de atrair aventureiros.

Tribuna

Guedes diz que Brasil vai liberar compras de governo a estrangeiros

Célia Froufe, enviada especial, O Estado de S.Paulo

O Brasil vai aderir ao acordo de compras governamentais do qual fazem parte países da Europa, Estados Unidos, China e Japão, entre outros. O anúncio foi feito nesta terça-feira, 21, pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, a jornalistas brasileiros durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos. "Agora passamos a admitir empresas de fora para todas as compras que a gente fizer, (será) um tratamento isonômico", explicou ele.

Segundo Guedes, a adesão faz parte de uma das promessas de campanha do presidente Jair Bolsonaro, de atacar a corrupção. "O Brasil está querendo entrar para primeira liga, para primeira divisão de melhores práticas. Isso realmente é um ataque frontal à corrupção", argu-

mentou. "Um tema importante na campanha de Bolsonaro era acabar com a corrupção, e sabemos que boa parte da corrupção foi permitida realmente em coisas de governo: empreiteiras, obras governamentais, coisas desse tipo", citou.

O ministro foi questionado se a decisão, por outro lado, não impediria a promoção de políticas industriais e disse que é preciso "saber o que você quer". "Você quer ter as melhores práticas, receber os maiores fluxos de investimentos, se integrar às cadeias globais de negócio ou continuar sendo o que disse durante a campanha: 200 milhões de trouxas servindo a seis empreiteiras, seis bancos... Não! O Brasil não pode ser uma fábrica de bilionários às custas de seus consumidores. É isso o que o Brasil é", disparou.

Guedes disse ainda que o Brasil quer mais crescimento, competição, melhores

oportunidades e se livrar de corrupção. "O PA são as melhores práticas, e quando o governo comprar alguma coisa entra todo mundo. Não dá para fazer aqueles acordos de campanha: eu ajudo a te eleger e depois você me dá recursos públicos", afirmou.

Questionado por uma jornalista francesa sobre se era muito difícil fazer reformas no Brasil, Guedes respondeu que "é muito". "Mas o Congresso está trabalhando", continuou. Um dos trunfos do ministro no evento de Davos é o de ter aprovado a reforma da Previdência. Na edição do ano passado, o ministro disse à reportagem do Estadão/Broadcast que iria para Londres algumas semanas depois, viagem que nunca ocorreu neste primeiro ano de governo. Quando cobrado sobre a ida à Inglaterra, ele brincou: "É que eu achei que ia aprovar a reforma da Previdência em apenas seis dias..."

Tribuna

Crescimento da economia brasileira em 2020 deve ficar em 2,5 por cento

Cícero Cotrim, Altamiro Silva Junior e Márcio Rodrigues, O Estado de S.Paulo

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro deve crescer 2,5% em 2020 - acima da última revisão realizada pela sua pasta, que projeta alta de 2,4% para a economia. A estimativa foi feita durante o painel "Perspectiva Estratégica - América Latina" do Fórum Econômico Mundial 2020, em Davos.

Ele comparou a economia brasileira com uma "grande baleia, de dimensões continentais" e disse que o governo está "removendo os arpões que travavam o crescimento" do País, citando o descontrole fiscal.

Com o controle dos gastos, disse, o Brasil está mudando seu mix econômico e vai aumentar a participação do setor privado na economia. "O mix sempre foi com o lado fiscal solto e o monetário preso e, agora, é com o lado fiscal preso e o monetário, solto", afirmou.

Ministro da Economia, Paulo Guedes, durante evento em Davos, na Suíça, em 2020. O ministro da Economia, Paulo Guedes, participa de painel no Fórum Econômico

Mundial, em Davos. Foto: Estadão

Guedes comemorou a aprovação da reforma da Previdência que, disse, teve aprovação da população e atacou frontalmente os privilégios do funcionalismo público. "Não apenas o governo estava gastando muito, como era um gasto de baixa qualidade", pontuou, afirmando que "ao contrário de países como a França, a reforma teve apoio popular".

Segundo o ministro, agora a prioridade deve ser aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos gatilhos emergenciais, garantindo aos governos regionais e ao governo federal a possibilidade de congelar a folha de pagamentos dos seus funcionários, bem como desacelerar a taxa de crescimento do débito. "Atacamos a previdência, atacamos os pagamentos de juros na dívida pública e, agora, a folha de pagamentos", afirmou.

Aposta em educação
O governo federal planeja reduzir em até 40% o custo da energia no Brasil, de acordo com Guedes, que voltou a dizer que a energia barata vai "reindustrializar o País."

O ministro afirmou ao presidente da empresa argentina de energia YPF, Guillermo Nielsen, que o Brasil tem interesse no gás

do país vizinho. "Queremos fazer a ligação com Vaca Muerta", disse Guedes sobre a reserva de gás da Argentina.

Ele defendeu o combate às taxas sobre o emprego para reduzir a desigualdade no País. "Queremos transitar para um novo mundo e eliminar a taxa mais cruel que existe, que é a taxa sobre o trabalho. As taxas sobre o salário fazem com que ele seja pequeno para quem recebe e muito caro para as empresas", disse o ministro, que defendeu a "remoção total" disso para a juventude.

Guedes afirmou que o País vai aumentar os investimentos em educação para aumentar a produtividade da economia no País. "Vamos dar suporte massivo à educação nos estágios iniciais, com recursos, vouchers, para ajudar a educar crianças nesses estágios", defendeu, sem detalhar a política.

Por fim, o ministro disse que planeja aumentar a competição na economia brasileira. "No Brasil, 200 milhões de pessoas precisam comprar serviços de construção de seis empreiteiras, serviços bancários de seis bancos. Cartel aqui, cartel ali, cartel por todo lado, porque não gostamos de competição."

Tribuna

PIB cresce 0,8% no trimestre

Vitor Abdala - Repórter da
Agência Brasil Rio de
Janeiro

O Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país) cresceu 0,8% no trimestre encerrado em novembro de 2019 na comparação com o trimestre findo em agosto daquele ano. O dado é do Monitor do PIB, divulgado hoje (21) pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Segundo a FGV, o PIB cresceu 1,9% na comparação com o trimestre encerrado em novembro de 2018 e 1% na taxa acumulada em 12 meses. Considerando-se apenas o mês de novembro, o PIB teve altas de 0,3% na comparação com outubro de 2019 e de 1,6% em relação a novembro de 2018.

Na comparação do trimestre encerrado em novembro com o trimestre findo em agosto de 2019, a alta de 0,8% foi influenciada por um crescimento no mesmo patamar, de 0,8%, do setor de serviços. A indústria cresceu 0,5% e a agropecuária, 0,3%.